

# EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS  
na Universidade de  
Brasília (2017-2018)

**Volume 2: Mediações**

**Organização:**

Alexandre Simões Pilati  
Cynthia Bisinoto  
Leila D'Arc de Souza  
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



**UnB**



**Universidade de Brasília**

**Reitora**  
**Vice-Reitor**

Márcia Abrahão Moura  
Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora**

Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial**

Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Flávia Millena Biroli Tokarski  
Izabela Costa Brochado  
Jorge Madeira Nogueira  
Maria Lidia Bueno Fernandes  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
Verônica Moreira Amado

# EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS  
na Universidade de  
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



**UnB**

**Coordenadora de produção editorial**  
**Diagramação**

**Equipe editorial**

Luciana Lins Camello Galvão  
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília  
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação poderá ser armazenada ou  
reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

E24            Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na  
                  Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /  
                  organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :  
                  Editora Universidade de Brasília, 2020.  
                  2 v.

Formato PDF.  
v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.  
ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)  
ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.  
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

---

# SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA  
INICIATIVA EPDS**

*Natalia de Souza Duarte*

**APRESENTAÇÃO**

*Silvia Cristina Yannoulas  
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO  
DOS DOCENTES E  
DAS ESTUDANTES  
BENEFICIÁRIAS  
DO PBF ACERCA  
DOS FENÔMENOS  
DA POBREZA E  
DESIGUALDADE SOCIAL  
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:  
RELAÇÃO TEORIA E  
PRÁTICA NO ÂMBITO DO  
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito  
Rafael de Melo Monteiro  
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À  
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques  
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,  
POBREZA E  
DESIGUALDADE  
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro  
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:  
CONSCIÊNCIA CRÍTICA  
SOBRE OS MITOS E A  
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar  
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES  
ENTRE CIDADANIA,  
POBREZA, EDUCAÇÃO  
E PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves  
Fábia Carvalho de Oliveira  
Samir Almeida Santos*

155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS  
DESIGUALDADES SOCIAIS:  
INTERVENÇÃO JUNTO  
ÀS JUVENTUDES DE  
PERIFERIA DO DISTRITO  
FEDERAL**

*Mariana Ribeiro Gomes Camargos*

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS  
IMPLICAÇÕES NO  
DESLOCAMENTO  
INTERURBANO DIÁRIO  
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia  
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197

**IDENTIDADE PERIFÉRICA**

*Fátima Correia Lopes  
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA  
POBREZA NA  
PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO DOCENTE**

*Rafael Ayan*

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA  
CRIANÇA BENEFICIÁRIA  
DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES  
ESCOLARES: UMA ANÁLISE  
PARA ALÉM DA SALA E DA  
AULA**

**255**

*Danielle Atta*

CAPÍTULO 11

**284** **DESENVOLVIMENTO  
HUMANO, POBREZA  
E DESIGUALDADE  
SOCIAL NA INFÂNCIA  
E ADOLESCÊNCIA**

*Izete Santos do Nascimento*

## CAPÍTULO 6

# UM OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS: INTERVENÇÃO JUNTO ÀS JUVENTUDES DE PERIFERIA DO DISTRITO FEDERAL

*Mariana Ribeiro Gomes<sup>1</sup>*

Este trabalho apresenta o Projeto Interventivo (PI) que integrou atividade proposta pelo curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), promovido pela Universidade de Brasília (UnB). Foi realizado na periferia do Distrito Federal, com jovens inscritos em Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CECON) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/GDF). As ações foram realizadas com adolescentes com idades variando entre 15 e 18 anos, participantes do programa distrital Caminhos da Cidadania (Portaria Nº 202, 2017).

O Programa Caminhos da Cidadania prevê, em seu traçado metodológico, atividades que objetivam o estímulo à convivência social e à participação cidadã, com fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, a sensibilização de jovens para as questões concernentes às desigualdades

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília, atua como Educadora Social em Centro de Convivência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES GDF, desde 2010. Desenvolve ações com crianças, adolescentes, adultos e idosos, dentro da perspectiva da afirmação de direitos e desenvolvimento de capacidades/potencialidades dos participantes, objetivando a autonomia necessária para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais vivenciadas.

sociais é fundamental, a fim de despertar um olhar mais humano e preparado para o enfrentamento das situações de marginalização e/ou exclusão social.

Dentro desse contexto e das ações propostas pelo curso EPDS, foram desenvolvidas atividades que promovessem uma desconstrução de preconceitos e visões estigmatizantes das minorias sociais com maior expressão no território de estudo. O grupo de jovens, a partir das atividades desenvolvidas, optou pelo aprofundamento das questões relativas à mulher, ao negro, à população LGBTTIA – composta por lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, intersexos e assexuados – e à pobreza.

O intuito de todas as ações foi buscar o desenvolvimento progressivo de um olhar mais empático frente ao desrespeito e à violência perpetrada contra esses grupamentos sociais. Objetivou-se o estímulo a um comportamento mais crítico e assertivo em contraposição à inércia e omissão típicas da naturalização das situações de violação de direitos que envolvem comportamentos de opressão e subjugação (Rego e Pinzani, 2015).

Neste artigo, será apresentado o projeto interventivo, a importância do desenvolvimento da temática “desigualdades sociais”, o papel das juventudes no processo de equidade social e a metodologia utilizada em cada etapa da intervenção. Por fim, será apresentada uma avaliação, com as impressões desta autora, que foi a educadora social responsável pela execução das atividades, e dos jovens envolvidos na ação.

## **A intervenção**

O projeto em tela foi executado em Centro de Convivência da periferia do Distrito Federal. Os CECONS, como são conhecidos, são espaços que oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Dentro da estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trata-se de um serviço de proteção social básica, que tem como objetivos primordiais a prevenção de situações de risco social e o fortalecimento de vínculos, tanto familiares quanto comunitários (MDS, 2014a).

Dentro dessa proposta, o trabalho executado pelos CECONs busca realizar uma intervenção social planejada, com a criação de situações que desafiem, estimulem e orientem os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências. As ações são executadas de acordo com ciclos etários, com a organização dos usuários em coletivos (MDS, 2014a).

O CECON, no qual foi realizado o PI, conta com sala de atividades própria, munida de quadro branco, mesas, cadeiras, televisão, caixa de som, projetor e notebook. Além disso, no local, existe ainda um laboratório de informática à disposição para as atividades. Apesar da disponibilidade de recursos, a estrutura não é a mais adequada, uma vez que a unidade está com goteiras e rachaduras, além de oferecer risco para os usuários atendidos. Esse fato decorre do compartilhamento do espaço físico com um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Conselho Tutelar, ambos com livre acesso e trânsito de pessoas. Com isso, não há controle na circulação de usuários dentro da unidade – idealmente, o CECON é um local de acesso restrito às pessoas inscritas no serviço - o que deixa os participantes suscetíveis a riscos diversos.

O coletivo no qual foi executada a ação interventiva é composto por 22 jovens, participantes do Programa Caminhos da Cidadania. No traçado metodológico adotado para este programa, estão previstas ações que desenvolvam progressivamente o senso reflexivo e crítico desses adolescentes, contribuindo para formação de indivíduos participativos e assertivos na defesa de direitos e garantias fundamentais, tanto na esfera individual quanto na coletiva. As atividades de convivência com este coletivo foram iniciadas em 2016.

Em concordância com a Resolução CNAS Nº 13/2014 (MDS, 2014b), que estabelece o público prioritário para a inclusão no SCFV, o coletivo alvo do PI era composto por jovens com vivências e vulnerabilidades diversas, isoladas ou, em certos casos, associadas, a saber: vivência de trabalho infantil, de violência e/ou negligência, jovens fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto,

egressos de medida socioeducativa, com vivência de abuso e/ou exploração sexual, além de jovens com medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Todas as famílias estão inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e a maioria é beneficiária do Programa Bolsa Família. Nem todos recebem este benefício porque situações como evasão/infrequência escolar, além de desatualizações no CadÚnico, são responsáveis pelo corte ou suspensão de seu repasse (MDS, 2015). Todas as famílias são sistematicamente acompanhadas pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da localidade.

O PI em tela, dentro da proposta do curso EPDS e da tipificação dos serviços de convivência para o ciclo etário em questão (MDS, 2014a), foi organizado em etapas a serem cumpridas de acordo com a progressão das discussões e dinâmicas realizadas. O seu objetivo geral foi promover o enfrentamento à invisibilidade e aos preconceitos que a sociedade apõe a grupos específicos, visando o estímulo ao senso crítico e à emancipação, tencionando assertividade de posicionamento frente ao desrespeito, marginalização e exclusão de minorias sociais. Dentro dessa proposta, alguns objetivos específicos nortearam as ações. Optou-se por apresentá-los ao longo do relato das etapas da intervenção.

Assim, a primeira etapa consistiu na realização de roda de conversa para discussão de conceitos. O objetivo principal dessa ação foi o levantar vivências e conhecimentos prévios relativos ao conceito de minoria social, compreendendo especialmente as diferenças entre minoria social e quantitativa. Nesse momento, os jovens foram provocados a reconhecer os grupos minoritários com maior representação no seu próprio território, bem como suas especificidades. Cada minoria identificada passou a compor um subtema a ser trabalhado nas etapas seguintes, a saber: mulheres, negros, população LGBTTIA e a população em situação de pobreza.

Em uma segunda etapa, os jovens foram organizados em grupos menores. Cada subtema, elencado anteriormente, foi trabalhado em momento específico no qual os grupos receberam um relato de caso impresso ou notícia de jornal.

Foram escolhidos, preferencialmente, relatos e notícias de fatos ocorridos na comunidade. É importante reforçar que essa ação específica ocorreu para cada minoria apontada na etapa anterior.

Os grupos leram, discutiram e apresentaram brevemente o teor das informações recebidas. Em seguida, cada jovem foi convidado a dialogar sobre suas impressões e sentimentos acerca dos relatos apresentados. A participação não foi obrigatória, ficando livre para se manifestar aquele que estivesse mais confortável para tal. Ao longo dos diálogos, a autora deste artigo e responsável pela intervenção, buscou provocar reflexões acerca das temáticas com base nos pontos que cada jovem levantava. O objetivo dessa etapa foi o de provocar os jovens a reconhecer os processos de exclusão social.

A terceira etapa ocorreu como finalização dos debates acerca de cada minoria elencada. Assim, essa ação envolveu uma sensibilização cujo objetivo foi o de contribuir para a continuidade da desconstrução de conceitos e preconceitos impostos por uma lógica excludente.

Para tanto, foram utilizados os seguintes recursos audiovisuais: longa-metragem “Preciosa” (2010, 16 anos – exigiu autorização de alguns responsáveis em razão da classificação etária sugerida); longa-metragem “Com amor, Simon” (2018, 12 anos); animação “Vida Maria” (Marcio Ramos, 2006); documentário “Noruega e o Congo no centro do Brasil” (Camila Muguruza e Jhady Arana, 2013) e documentário “Olhos Azuis” (Bertram Verhaag, 1996). Além disso, foi possível fazer visita a exposição ExAfrica, com curadoria de Alfons Hug, no Centro Cultural Banco do Brasil.

A última etapa foi marcada por novas rodas de conversa que buscaram problematizar a temática coletivamente, provocando os jovens a reconhecerem seu papel enquanto agentes de transformação da realidade. Nesse sentido, os jovens foram instigados a pensar em formas de intervenção junto à comunidade, a fim de familiarizar mais pessoas em relação à temática de desigualdades sociais,

bem como estimular em outros um posicionamento crítico e assertivo frente a situações de exclusão e desrespeito.

Importa salientar que a progressão de todas as etapas do PI foi direcionada pelos jovens, com a mediação desta autora, que é a educadora social de referência do coletivo. Assim, não houve estabelecimento de carga horária para cada ação, mas um caminhar natural ao longo dos temas propostos na primeira etapa.

O PI foi impactante em função do reconhecimento dos preconceitos e do espaço sistematizado para a reflexão sobre eles. Isso porque possibilitou o início de desconstruções de entendimentos há muito arraigados na sociedade brasileira.

## Resultados e Discussão

As sociedades vêm, ao longo de sua história, estruturando suas vivências de acordo com padrões culturais próprios. Este multiculturalismo implica organizações sociais diversas, que podem resultar em uma apropriação diferenciada de riqueza e oportunidades de vida. Nesse sentido, a estruturação e as associações pessoais podem ensejar relações de subordinação e poder entre os diversos grupos, com a formação das chamadas minorias sociais. O termo se refere a grupos socialmente compostos que, por suas características, podem ser privados da realidade democrática, embasada nas máximas de liberdade e igualdade, resultando em uma exclusão social estruturada na diferença (LAURIE; KHAN, 2017).

No Brasil, em geral, as diferenças que definem uma minoria social não são encaradas como diversidade, como um fator de enriquecimento cultural. De acordo com Miranda (2010), as diferenças associadas ao preconceito estão de tal forma naturalizadas que passam a servir de justificativa para uma manutenção das desigualdades e da consequente desvantagem social imposta. Essa naturalização não se restringe apenas ao âmbito das relações particulares, mas é evidente inclusive dentro dos diversos espaços de convivência social, com a invisibilização e/ou menosprezo de indivíduos em situação de pobreza

ou em grupos minoritários, que dependem do Estado para a garantia de seus direitos (REGO; PINZANI, 2015).

Falar sobre desigualdades sociais implica falar sobre direitos e garantias fundamentais. A Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, prevê em seu art. 5º que todos são iguais perante a lei garantindo-se, entre outros, a inviolabilidade do direito à liberdade e à igualdade. Essa ideia não concebe possibilidade de violações vinculadas a diferenças sociais como: gênero, cor da pele, orientação sexual, poder aquisitivo, crença, idade, entre tantos outros exemplos de diversidade.

Nesse sentido, o início do PI foi marcado por um constrangimento vinculado ao desconhecimento ou ao não reconhecimento de alguns conceitos. Ao longo das provocações iniciais, os jovens passaram a compreender melhor o que estava sendo discutido e alguns adotaram uma postura de resistência a certos subtemas, enquanto outros já demonstravam uma predisposição a uma visão mais empática. Ao longo da conversa, foi possível identificar que esses comportamentos advinham de conceitos muitas vezes apreendidos desde cedo com os responsáveis, com os grupos de convivência social e, em muitos casos, com a religião. Além disso, o trabalho executado ao longo de dois anos pelo CECON, viabilizou uma postura mais madura e disponível para o debate.

O trabalho de sensibilização inicial foi marcado pelo esclarecimento acerca das situações de violação de direitos. Nesse enfoque, ao se violar direitos básicos usando como justificativa a existência de diferenças, incorre-se em injustiça e em discriminação ilícita, na qual o principal motivador é o preconceito (Miranda, 2010). A desconstrução dos preconceitos associados a essas violações é fundamental na busca pelo fortalecimento dos vínculos sociais, aproximando os indivíduos de uma convivência social mais saudável, embasada em valores de respeito e fraternidade.

O primeiro subtema sinalizado pelo grupo foi a questão de gênero com toda a problemática do feminino. Discutiu-se a opressão fundada em uma sociedade patriarcal, na qual a desigualdade de direitos entre homem e mulher se faz presente

nas diversas situações diárias. Ao longo das discussões, especialmente quando se debatia a violência perpetrada contra esse grupamento social, alguns posicionamentos chamaram a atenção: “mas as mulheres também não são santas...” (L.P., 17 anos), “a menina também parece que está pedindo...” (T.A., 16 anos), “então quer dizer que a novinha pode provocar e não querer?” (F.J., 17 anos).

Percebeu-se que a responsabilização das vítimas pela violência sofrida, tanto física quanto psicológica, era expressa nos comentários de ambos os sexos. Mesmo assim, um sentimento de indignação permeou os discursos das mulheres do grupo, enquanto a maioria dos rapazes buscava aceitação de seus pares com olhares e risadas que acompanhavam suas falas.

Essa superficialidade de posicionamento tem embasamento histórico e cultural. A lógica patriarcal, na qual se erigiu a sociedade, engloba valores apreendidos e transmitidos ao longo das gerações. A figura masculina ocupa papel central no domínio das relações ficando o feminino relegado à posição inferior, reforçada por uma educação desigual que o submete, vitimiza e fragiliza. Os preceitos religiosos, educativos e sociais sempre reafirmaram o papel esperado para homens e mulheres, usando como fundamento para a adequação de condutas as diferenças biológicas entre masculino e feminino, além do dogmatismo imutável da religião (SILVA, 2012).

Nesse sentido, os recursos audiovisuais (filmes, relatos de caso e reportagens) apresentados trouxeram uma maior realidade para a discussão, sendo possível uma reflexão mais aprofundada da violência, atrelada a um contexto mais palpável (ESTRELA et al., 2017). Além disso, com o decorrer das discussões, relatos de vivências de violências semelhantes foram surgindo, o que provocou uma sensibilização diferenciada dentro próprio grupo. Ouvir as histórias de agressão de colegas instigou um olhar mais empático ao tema e um sentimento de sororidade: “isso tudo é injusto e ruim demais, a gente precisa estar junta pra se proteger” (T.A., 17 anos). A discussão permeou ainda reflexões sobre a Lei Maria da Penha e sobre o feminicídio no Brasil.

As ponderações acerca da violência contra o feminino levaram ao início das discussões do segundo subtema. Indagações sobre a hostilidade contra pessoas que não se definem dentro binarismo socio biológico envolvendo o feminino e o masculino provocaram o início da reflexão sobre a temática envolvendo o grupamento social LGBTTTIA.

O desenvolvimento desta problemática envolveu uma necessidade maior de esclarecimentos conceituais, tanto do ponto de vista biológico quanto social. Isso porque existia entre os jovens do coletivo elevado nível de desconhecimento e/ou confusão relacionados às terminologias usadas, além do fato das discussões acerca da sexualidade ainda serem um tabu a ser superado.

Nesse contexto, esclareceu-se que o termo gênero deixa de representar apenas uma característica de diferenciação biológica entre os sexos para indicar ainda as convenções sociais esperadas para homens e mulheres. Como coloca Miguel (2016), tratou-se principalmente de desvincular os papéis sociais esperados como resultado do sexo biológico ao nascimento.

Seguindo essa lógica, buscou-se iniciar a desconstrução de noções pejorativas de imoralidade e patologicidade tão arraigados no discurso conservador e fundamentalista, levando ao preconceito e privação de direitos dessa parcela da população (DINIS, 2011). Nessa discussão foi possível identificar um preconceito mais explícito nos posicionamentos dos jovens do grupo, especialmente entre os rapazes: “não tenho nada contra não, mas os guebas que fiquem longe de mim” (L.P., 17 anos), “nem, não suporto não! Todo gay quer ficar dando em cima” relatou F.J., 17 anos, se referindo a episódio em que homem o abordou oferecendo dinheiro em troca de sexo oral quando este tinha 16 anos.

Esse posicionamento mais radical e preconceituoso entre os rapazes pode ter vinculação com uma necessidade reafirmação de sua masculinidade frente ao grupo (DINIS, 2011; SABO, 2002). Entre as meninas, foi possível identificar uma postura mais empática e sensível: “não me importo, tenho inclusive amigas lésbicas. É de boa” (T.P., 17 anos).

Quando, ao longo da intervenção, foram questionados sobre o posicionamento frente a situações em que testemunharam atos de desrespeito ou violência contra este grupamento, afirmaram nunca terem se posicionado favoravelmente à vítima da agressão para defendê-la. Dinis (2011) explica que a omissão e o silenciamento são incentivadores da violência exercida contra qualquer indivíduo.

Nesse sentido, a desconstrução de preconceitos a partir do reconhecimento das diversas sexualidades existentes, dentro de um contexto histórico e social, é fundamental no combate às diversas formas de violência perpetradas contra os representantes dessa minoria (MIGUEL, 2016; TORRES, 2013). De acordo com dados do GGB, 2017 foi o ano com maior quantidade de mortes no Brasil motivadas pela homotransfobia, a saber: 387 assassinatos e 58 suicídios.

Dentro desse contexto e da necessidade de luta e resistência que esses dados demonstram, a possibilidade de discussão dessa temática em espaços de convivência social, como a escola, tem papel fundamental na formação de indivíduos aptos a exercer sua cidadania, respeitando os direitos das minorias e as liberdades individuais (DINIS, 2011).

O terceiro subtema trabalhado envolveu a esfera racial. Os jovens foram convidados a problematizar o preconceito contra a população negra. De acordo com dados do IBGE de 2010, a juventude da periferia do Distrito Federal é de maioria negra (CODEPLAN, 2013). Esse dado também fica evidente na composição do grupo participante do PI, onde mais de 80% dos participantes se declara negro ou pardo.

Essa prevalência pode ter sido responsável por uma maior assertividade de posicionamento em relação ao tema. Os jovens demonstraram maior indignação frente ao preconceito, desigualdades de direitos e oportunidades que permeiam o cotidiano desse grupamento social. Dois jovens relataram fazer parte de movimentos sociais identitários existentes na própria comunidade.

Mesmo com toda a bagagem que os jovens traziam acerca do tema, a discussão sobre o racismo no Brasil é fundamental, buscando estimular o conhecimento de seus processos de formação desde o período escravocrata, com o surgimento das teses de inferioridade biológica, até o momento, onde vigora o mito da chamada democracia racial. As discussões perpassaram as antigas propostas de um ideal de branqueamento, bem como a recente negação sistemática de uma problemática de cunho racial e o surgimento de movimentos sociais que lutam pela reafirmação da identidade dessa minoria (JACCOUD, 2008; LEITE, 2015).

Ao longo das reflexões sobre este subtema, esta autora percebeu que, na maioria do grupo, a visão mais crítica da temática estava intimamente associada à descrença em qualquer modificação desta realidade. Assim, os jovens conseguiam perceber o preconceito como gerador de desigualdades e dos diversos conflitos associados, mas as formas de mitigação desses desequilíbrios eram desconhecidas ou rechaçadas por eles, com a adoção de posicionamento contrário às políticas e ações afirmativas existentes dentro desse contexto.

Nesse sentido, algumas falas exemplificam essa visão: “faculdade para preto pobre? A gente é só o crime” (L.P., 17 anos) e “vaga para preto é só mais uma forma de me dizer que não consigo sozinha” pontua E.B. (15 anos), referindo-se ao sistema de cotas.

Assim, o reconhecimento dos mecanismos de produção e reprodução de desigualdades raciais se fez fundamental para o início de uma desconstrução de visões já naturalizadas em relação à marginalização e ao preconceito. Nesse sentido, o estudo da CF/88, bem como da Declaração Universal de Direitos Humanos, além dos relatos de caso e filmes sobre a temática trouxeram à tona noções de equidade e de luta por justiça social.

Seguindo essa lógica, discutiu-se que para a consolidação de um Estado democrático é necessário que sejam assegurados direitos políticos, civis e sociais, com a garantia pelo poder público de sua oferta, acesso e usufruto. O enfrentamento

à desigualdade e aos processos de opressão e subordinação requer a adoção de medidas de promoção e compensação diversas (JACCOUD, 2008).

No decorrer dos debates acerca da questão racial, foi se delineando o fundamento para o trabalho com o quarto e último subtema deste PI: a pobreza. Isso porque, como pontua Jaccoud (2008), existe um contexto histórico no qual a população negra é claramente associada à situação de miséria tão expressiva nas classes com menor renda.

Arroyo (2015) coloca que deve haver o questionamento acerca das vivências de pobreza e da precariedade material extrema para o real reconhecimento da pobreza e das desigualdades. As atividades realizadas com coletivo de jovens partiram desse princípio, com a provocação questionamentos acerca do cotidiano desses adolescentes para levantar a visão deles sobre o assunto.

Um primeiro momento das reflexões foi marcado por uma dissociação da condição de pobreza com o contexto de vida dos próprios jovens. Eles não conseguiam ou negavam que estivessem também inseridos nesse grupamento social. O conceito de pobreza vinha, na visão deles, carregado de sentido pejorativo. Ser chamado de pobre, nas palavras de A.J. (18 anos), era “pesado demais... A gente pode não ter muito, mas também somos gente”.

A fala de A.J. denota uma situação de injustiça e indignação com a condição de subumanidade que é relegada aos cidadãos pobres. Em geral, a pobreza está ligada ao desrespeito e à ausência de voz, capaz de produzir uma condição de subumanidade (REGO; PINZANI, 2015; ARROYO, 2015).

A desumanização vinculada à carência e ao desfavorecimento serve de motivadora para a produção e reprodução de desigualdades, com o sufocamento e segregação de culturas, valores e identidades de grupos sociais diversos (Arroyo, 2015), fato que fica evidente na fala de L.P., de 17 anos: “a única coisa que o pobre tem, que o rico não tem, é fome”.

Os jovens, muitas vezes, associaram a condição de pobreza à baixa renda e, conseqüente, limitação de recursos e dignidade: “ser pobre é viver em zona

de risco, sem ter o que comer na maioria das vezes por falta de dinheiro” (I.C., 15 anos); “os ricos têm mais oportunidades que os pobres, que faz mais crimes pela pouca condição” (P.S., 15 anos).

Nesse sentido, as atividades perpassaram o conceito de pobreza, como uma ideia complexa e multifacetada, na qual diversas questões, além da questão financeira, precisam ser consideradas. Dessa forma, foram colocados para reflexão tópicos como: o estado de bem-estar social, a garantia de direitos por meio de serviços públicos, a divisão em classes sociais, o local de residência, a cor da pele e o momento da vivência da vulnerabilidade (REGO; PINZANI, 2015), buscando estimular a compreensão de pobreza enquanto carências que variam de acordo com o contexto vivenciado.

Entraram na pauta de discussão as visões fatalistas e moralistas que permeiam essa condição social (Arroyo, 2015), bem como as vivências e visões de pobreza das diversas juventudes (Leite, 2015). Nesse sentido, ao longo das atividades foi necessário um trabalho de rompimento da visão estigmatizante da pobreza e de reconhecimento do pobre enquanto cidadão, dotado de direitos e valores e, principalmente, autor de sua própria história (REGO; PINZANI, 2015).

Ao final das atividades, algumas falas demonstraram avanços no reconhecimento e enfrentamento de preconceitos e desigualdades: “a violência nunca pode ser a resposta para o que quer que a pessoa faça” (I.C., 15 anos); “no fim das contas, todos só querem ser feliz e a gente tem que respeitar” (T.A., 17 anos); “tem que meter a colher sim, a gente não pode mais deixar as mulheres morrerem sem ajudar” (V.L., 16 anos); “a vida seria tão mais fácil se todos soubessem seus direitos e a luta fosse coletiva” (K.G., 15 anos).

Com toda a bagagem de conhecimentos e reflexões produzidas, o PI estimulou ainda uma ideia de transformação social, como denota a fala de V.F. (18 anos): “não adianta falar só com o jovem ou com as crianças sobre isso... tem que ir atrás da família. A mudança tem que acontecer em casa também”.

Ao fim da intervenção, os jovens iniciaram a construção de um projeto interventivo próprio, cuja elaboração, planejamento e execução de ações ficarão a cargo deles. O objetivo, segundo eles, é compartilhar com a própria comunidade a vivência adquirida. Assim, escolheram trabalhar a pobreza, em seu contexto sociorracial, com crianças de idades variando entre 06 e 14 anos, além de suas respectivas famílias.

### **Considerações finais**

A lógica da opressão como forma de manutenção do poder é o que tem forjado a construção das diversas sociedades ao longo da história. A subjugação e a exploração entre os homens transformam as diversas relações sociais existentes.

Seguindo essa lógica, a opressão do diverso é traduzida por um desequilíbrio nas relações sociais, reduzindo o diferente a uma condição de inferioridade que o supõe carente de humanização e civilização. Seguindo essa lógica, a consolidação de uma parcela da sociedade parte do pressuposto de que a outra, oprimida, seja negada e expropriada do que os torna únicos, como sua cultura e tradições, identidades e vivências, reafirmando as tantas desigualdades de cunho social existentes em nossa sociedade.

Não obstante, falar sobre esses desequilíbrios implica motivar um comportamento questionador e de indignação nos sujeitos que compõem essa realidade. Não basta provocar um conhecimento mais aprofundado da temática, mas, principalmente, fazer tais sujeitos se posicionarem e se apropriarem dos espaços de fala na defesa de direitos que, em sua individualidade, se tornam coletivos. Assim, a utilização de meios que instigassem a empatia e uma maior aproximação à dor do próximo foi fundamental para a mudança no comportamento dos jovens do grupo, de inerte e omissos para um crítico assertivo. Nesse caso, os meios de maior impacto para o público jovem foram os filmes e documentários utilizados.

Sobre esse aspecto, insta esclarecer o porquê de se conversar sobre desigualdades sociais justamente com as juventudes. Na Política Nacional de Juventude (PNJ), a juventude corresponde ao período da vida de uma pessoa compreendido entre os 15 e os 29 anos. Não obstante estarem os sujeitos agrupados em uma mesma faixa etária, o termo mais adequado a ser usado é “juventudes”, no plural. Isso porque se consideram, na composição deste grupo, as diversas vivências que compõem a singularidade de cada jovem que o constitui.

Todavia, falar sobre as juventudes no Brasil, em especial as da periferia, muitas vezes carrega um sentido pejorativo vinculado ao desinteresse, à desordem e ao crime. Nesse contexto, condiciona-se a escuta a uma posição de julgamento e limitam-se os espaços para fala. De certa forma, cerceia-se a capacidade crítica e o possível papel de protagonismo desses adolescentes, formando-os para propagar as mesmas visões fatalistas, preconceituosas e estigmatizantes compartilhadas pelos adultos. Nesse sentido, o trabalho realizado nos CECONs oferece um espaço de liberdade de pensamentos e expressões, de construção de ideias voltadas para a coletividade e desconstrução de visões individualistas pautadas em preconceitos diversos.

Colocar o jovem no centro do debate político, envolvendo a naturalização da violência contra a mulher, o sexismo, a misoginia, a heteronormatividade, a democracia racial e a pobreza significa colocar a própria sociedade em um estado de reavaliação e buscar a readequação de sua forma de organização, tão condescendente com determinado grupo e injusta com tantos outros.

Assim, reconhecer o jovem como sujeito de direitos, com cultura, valores e ideias socialmente válidas, é encará-lo como protagonista de sua própria transformação social. A execução deste PI corrobora esta ideia ao trazer, como resultado final, além de uma mudança de comportamento com a adoção de uma postura mais crítica e assertiva, a proposição de intervenção dos próprios jovens junto à sua comunidade, como tentativa de reprodução de sua própria transformação pessoal.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzales. Pobreza, desigualdades e educação. Módulo Introdutório. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Disciplina os procedimentos operacionais para implantação do PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA, instituído pelo artigo 6º, da Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011. **Portaria Nº 202 de 23 dez. 2016**. Disponível em: <<http://www.tc.df.gov.br/>>. Acesso em; 19 de ago. 2018.

CODEPLAN. **Análise de vulnerabilidades da juventude negra no Distrito Federal, Subsídios à implantação do Plano Juventude Viva**. Brasília, out. 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/>>. Acesso em 20 set. 2018.

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educar em Revista, Curitiba – Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

ESTRELA, Laura Ramos; SENA, Leilane; LUCENA, Simone; FERRONATO, Cristiano; MACHADO, Thiago Pérez. **Educação e filosofia: uma análise do filme Preciosa**. Revista Entreideias, Salvador, v. 6, n. 1, p.63-77, jan./jun. 2017.

GGB – Grupo Gay da Bahia. **Relatório 2017: Pessoas LGBT mortas no Brasil**. Salvador: GGB. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008, Cap. 2, p. 45-64.

LAURIE, Timothy.; KHAN, Rimi. **The concept of Minority for the study of Culture**. Continuum: Journal for Media and Cultural Studies, 31 (1): p. 2-4, 2017.

LEITE, Lúcia. Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza. Módulo III. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social: **Coletânea da Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família**, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social: **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, 2014a. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social: **Resolução CNAS Nº 13**, 2014b. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Pobreza e cidadania. Módulo I. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SABO, Donald. **O estudo crítico das masculinidades**. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRE, Celsi Brönstrup. (Orgs) *Gênero plural*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 33-46, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Carla. da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. Revista Eletrônica Direito em Foco, 2012. Disponível em: <<http://www.unifia.edu.br/projetorevista/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2 ed., 2013.